

JORNAL DO BRASIL
Política

ANC

sábado, 11/4/87 □ 1º caderno □ 3

Constituinte acolhe pressão popular

Brasília — Poucos auditórios no Brasil serão tão disputados nos próximos meses como uma pequena sala acarpetada, com apenas 60 poltronas, localizada no anexo IV da Câmara dos Deputados. É ali que sindicatos, associações e entidades de todo o país poderão promover palestras para os deputados e senadores que estão preparando a futura Constituição.

Ontem foi a vez da Federação Nacional dos Jornalistas, que escolheu o local para lançar uma campanha nacional pela democratização dos meios de comunicação e, de quebra, pedir a demissão do ministro Antônio Carlos Magalhães. Hoje de manhã o auditório será da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), para o início de uma série de encontros denominada Ciência e Constituinte.

Daqui para a frente, a sala estará à disposição de quem chegar primeiro. Já há eventos programados até o início de maio, sobre temas tão variados como a participação do negro na Constituinte, o futuro da reforma agrária e os sistemas eleitorais no Brasil.

Debater com os parlamentares é apenas uma das maneiras de procurar influir no futuro texto constitucional. Durante os próximos meses, as entidades da sociedade civil poderão, segundo o regimento interno, apresentar sugestões constitucionais, solicitar audiências públicas e sugerir emendas ao próprio projeto de constituição. Tudo ao seu devido tempo.

— Vamos tratar as organizações sociais como integrantes do processo constituinte, e não como intru-

sas — promete o primeiro-secretário da Mesa, deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), encarregado de fazer a ponte entre a sociedade e a Constituinte.

Alternativas

Qualquer sindicato, associação ou outra entidade pode apresentar sugestões constitucionais até o dia 30 de maio, que serão distribuídas pela mesa às subcomissões e às comissões temáticas com as quais o assunto tenha finidade. Caberá ao relator de cada subcomissão ou comissão aproveitar ou arquivar as sugestões. De agora até o dia 30 de maio, as entidades também podem solicitar audiências públicas.

Em junho, essa participação cresce ainda mais em

importância. Nesse momento, quando as subcomissões e comissões já tiverem concluído seu trabalho, enviando sugestões à Comissão de Sistematização — encarregada do texto final do projeto de constituição —, as organizações sociais poderão propor emendas ao próprio projeto.

Para isso, é preciso que os interessados recolham no mínimo 30 mil assinaturas, abonadas por três entidades civis, e que as enviem à mesa. No final de todo o processo, restará ainda uma outra alternativa, desta vez extensiva ao eleitor comum individualmente: caso a proposta seja aprovada pelo plenário, o projeto de constituição poderá ser submetido a um plebiscito nacional.